São Filipe, 26 Ago (Inforpress) – A proposta do novo sistema nacional de avaliação do ensino básico integrado vai ser analisado pelos responsáveis do Ministério da Educação e Desporto, no quadro do conselho alargado do ministério que decorre na ilha do Fogo. A directora nacional da Educação, Margarida dos Santos, disse à Inforpress que a proposta do novo decreto-lei que vai substituir o de 2003 sobre o sistema nacional de avaliação vai trazer inovações, porque, conforme explicou, o novo sistema prevê “mais rigor nas avaliações”, através de introdução de avaliações nacionais nos diferentes ciclos de aprendizagem a nível do Ensino Básico Integrado. Segundo a mesma haverá uma espécie de provas nacionais para o ensino básico, à semelhança do que acontece com o ensino do secundário, indicando que as provas nacionais vão introduzir “mais rigor” nas avaliações e ter resultados “mais fiáveis” e com “maior qualidade” para que possa prosseguir o lema do ministério “juntos para uma educação de qualidade, rumo à excelência”. Depois de avaliar o resultado do ano lectivo 2014/15, os delegados do Ministério da Educação e Desporto, os directores das escolas secundárias e os dirigentes centrais do ministério debruçaram sobre as provas aferidas realizadas no final do ano lectivo e cujos resultados vão ser conhecidos no mês de Novembro. Segundo a directora nacional da Educação, a realização da avaliação aferida teve caracter nacional e abrangeu um público de 32 mil alunos, tendo sido realizadas as provas de língua portuguesa e matemática. “No geral as coisas correram bem e as provas foram aplicadas. Houve um ou outro caso em que as provas não chegaram a tempo devido a distância e o tempo disponível, mas por isso a direcção nacional elaborou duas provas para poder colmatar as deficiências”, disse Margarida dos Santos, indicando que da avaliação aferida muitas ilações poderão ser retiradas. Segundo a mesma, está-se num processo de reforma e “é importante que se conheça os resultados” que estão sendo gradualmente alcançados para poder introduzir correcções seja a nível dos currículos, seja a nível dos programas, metodologias usadas nas salas de aulas e da própria formação contínua de professores, que será fruto de uma negociação com as instituições de formação para elaborar programas de actualização. Os resultados da avaliação aferida só serão conhecidos em Novembro próximo por ser um processo moroso e trabalhoso, que exige que se faça a codificação aluno a aluno, dos professores que façam as correcções e só depois passar a introdução de dados (correcção das provas) que serão inscritos na base dos dados para se ter os resultados. “Não é uma coisa fácil e a correcção é feita por um grupo de professores a nível central para ter a homogeneidade e justiça na correcção das provas”, disse Margarida dos Santos, explicando que ao ministério não interesse se o aluno A ou B não fez a prova ou se não sabe um determinado conteúdo, mas lhe interessa conhecer quais os pontos cirúrgicos do programa que não teve resultados esperado para no sentido de trabalhar para que o resultado venha a ser alcançado. Esta quarta-feira os participantes no conselho alargado do Ministério iniciaram a discussão à volta dos desafios que a generalização do Ensino Básico Integrado (EBI) vai colocar às escolas e à comunidade educativa, porque conforme adiantou Margarida dos Santos, “está-se a passar de uma organização curricular monodocência para pluridocência. “E é necessário trabalhar para ter uma boa gestão administrativa, como a elaboração de horários, distribuição de tempo aos professores, a gestão pedagógica para que os alunos do sistema antigo possam adquirir as competências que ainda não tem e possam fazer uma caminhada de sucesso e de qualidade”, concretizou. A generalização do ensino até ao oitavo ano, conforme Margarida dos Santos, vai ser concluído este ano e, conforme explicou, vai exigir mais professores, razão pela qual o Ministério da Educação já abriu, juntamente com Administração Publica, o concurso para recrutamento de novos docentes. Para a responsável da Educação, a generalização fundamental irá exigir uma boa planificação

e gestão dos recursos já disponíveis nos concelhos e que devem ser utilizados em pleno para dar respostas aos desafios e não sobrecarregar Ministério da Educação e Desportos. Para os próximos dois dias os conselheiros e dirigentes do Ministério da Educação e Desportos vão discutir aspectos relacionados com a matrícula nos ensinos básico e secundário e as contribuições para a melhoria do processo, a gestão dos recursos humanos face aos desafios atuais, o desporto na escola, a orientações gerais sobre o novo sistema de avaliação de desempenho, as orientações gerais sobre a execução e gestão orçamental, as perspectivas e as orientações gerais para o ano lectivo 2015/2016. JR Inforpress/Fim